

TRABALHO, EDUCAÇÃO E PODER NA GESTÃO DO ACESSO À INTERNET NO COTIDIANO DE INSTITUIÇÕES DE ENSINO DA REDE FEDERAL DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL, CIENTÍFICA E TECNOLÓGICA

José dos Santos Souza

(Doutor em Sociologia pela UNICAMP e professor de Economia Política da Educação da UFRRJ; E-mail: jsantos@ufrj.br)

Daniel Fernando Anderle

(Mestrando em Educação Agrícola pelo PPGA e professor de informática do Instituto Federal Catarinense – Email: daniel@ifc-sombrio.edu.br)

INTRODUÇÃO

Tecnologia é um termo polissêmico. Intuímos alguns dos seus significados, mas temos dificuldade em precisá-los. Existem muitas formas de compreender a tecnologia, sendo que a mais aceita é a tecnologia concebida de maneira mais ampla, como qualquer artefato, técnica ou método criado pelo homem para facilitar seu trabalho, sua comunicação ou movimentação, ou simplesmente sua vida mais divertida e agradável. Se considerarmos a tecnologia por essa ótica, ela não tem nada de novo, na verdade é tão “velha” quanto o próprio homem (CISNEIRO, 2003,p.3).

Segundo Chaves (2004), nem todas as tecnologias inventadas pelo homem são relevantes para a educação. Algumas apenas estendem sua força física, seus músculos. Outras apenas lhe permitem mover-se pelo espaço mais rapidamente e/ou com menor esforço. Nenhuma dessas tecnologias é altamente relevante para a educação. As tecnologias que amplificam os poderes sensoriais do homem, contudo, sem dúvida o são.

O mesmo se pode afirmar em relação às tecnologias que estendem a sua capacidade de se comunicar com outras pessoas. As tecnologias que têm se tornado imprescindíveis no contexto escolar são aquelas que permitem ao ser humano ampliar sua capacidade intelectual por meio de ações comunicativas. Em outras palavras, importam para a educação hoje, muito mais aquelas tecnologias que permitem ao ser humano ampliar e agilizar sua capacidade de adquirir, organizar, armazenar, analisar, relacionar, integrar, aplicar e transmitir informação.

Estas tecnologias que possuem o intuito de aumentar o potencial intelectual do ser humano, hoje, estão centradas no computador digital. São essas tecnologias mais recentes, as quais que foram desenvolvidas em grande parte depois dos anos de 1940. É possível constatar que o computador vem gradativamente absorvendo as tecnologias de comunicação, à medida que estas se digitalizam. Não seria equivocado, portanto, pensar que a microeletrônica, a informática e a comunicação, no atual patamar de desenvolvimento científico e tecnológico, se articulam de forma tal que chegam a se

fundir em um todo, e é cada vez mais difícil de considerar isoladamente seus elementos sem que se ponderem suas relações recíprocas.

Inúmeras expressões são utilizadas quando há referência ao uso da tecnologia na educação. Talvez a expressão mais aceitável seja “Tecnologia na Educação”, pois permite a inclusão de toda e qualquer forma de tecnologia relevante à educação, seja ela física ou lógica, incluindo a escrita, a fala humana, giz, quadro negro e, mais recentemente, o cinema, o rádio, o DVD e ainda computadores e internet.

Segundo Chaves (2004), não há porque negar, entretanto, que, hoje em dia, quando a expressão “Tecnologia na Educação” é empregada, dificilmente se pensa em giz e quadro-negro ou mesmo em livros e revistas, muito menos em entidades abstratas como currículos e programas. Normalmente, quando se usa a expressão, a atenção se concentra no computador, que se tornou o ponto de convergência de todas as tecnologias mais recentes (e de algumas antigas).

Especialmente depois do grande sucesso comercial da internet, os computadores deixaram de ser vistos como máquinas isoladas e passaram a ser vistos como máquinas participantes de uma grande teia, onde cada nó dessa teia é um equipamento pronto para troca e compartilhamento de informações.

Lembremos que a escrita, a fala, o quadro, o giz, os cadernos, as canetas e os livros são tecnologias ainda em uso na educação e, provavelmente pela familiaridade dos sujeitos do ambiente escolar com as mesmas, as tornam imperceptíveis a nós professores.

A expressão “Tecnologia na Educação” deixa aberta a possibilidade de que tecnologias que tenham sido inventadas para finalidades totalmente alheias à educação, como é o caso do computador, possam eventualmente ficar tão ligadas a ela que se torna difícil imaginar como a educação era possível sem elas.

A utilização da informática na educação é tão remota quanto o lançamento comercial dos computadores. As aplicações voltadas à educação sempre foram um desafio para os pesquisadores. Em meados da década de 50, quando os primeiros computadores com capacidade de programação e armazenagem de informação começaram a ser comercializados, surgiram as primeiras experiências do seu uso na educação. Hoje, podemos utilizar o computador não apenas para armazenar ou repassar a informação, mas para criar ambientes para a sua construção de conhecimento. Essa construção vem da necessidade do aluno buscar novos conteúdos e mecanismos para incrementar o nível de seu conhecimento pré-existente (VALENTE, 2001, p. 11).

Segundo Chaves (2004), a abordagem que usa o computador como meio para transmitir a informação ao aluno mantém a prática pedagógica vigente. Na verdade, a máquina está sendo usada para informatizar os processos de ensino existentes. Isso tem

facilitado a implantação do computador nas escolas, pois não quebra a dinâmica tradicional já adotada e, além disso, não exige muito investimento na formação do professor. Para ser capaz de usar o computador nessa abordagem, basta ser capaz de inserir o *pen drive* ou, quando muito, ser treinado nas técnicas de uso de cada *software*. No entanto, os resultados em termos da adequação dessa abordagem no preparo de cidadãos capazes de enfrentar as mudanças que a sociedade está passando são questionáveis.

Segundo Valente (1999, p.3), a implantação da Informática, como auxiliar do processo de construção do conhecimento, implica mudanças na escola que vão além da formação do professor. É necessário que todos os segmentos da escola – alunos, professores, familiares, administradores e comunidade em geral estejam preparados e queiram suportar as mudanças educacionais necessárias para a formação de um novo ambiente escolar, com práticas docentes diferentes e trajetórias formativas completamente diferenciadas. Nesse sentido, a informática é um dos elementos que deverão fazer parte da mudança. Mudança que é mais profunda do que simplesmente montar laboratórios de computadores na escola e formar professores para a utilização dos mesmos. Estamos tratando aqui de mudança da própria concepção do mundo em que vivemos.

A internet está avançando como a mídia de maior futuro desde o surgimento da televisão. É a mídia mais aberta e descentralizada e, por esse motivo, mais assustadora e ameaçadora para grupos políticos e economias hegemônicas. Cada um pode dizer o que quer ou o que pensa, oferecer serviços que considerar conveniente ou até mesmo monitorar a vida alheia, rompendo diversas barreiras que antes garantiam a privacidade individual dos sujeitos. É natural que, ao mesmo tempo em que a sociedade e a escola vêm abusando dos recursos oferecidos pela internet, também é verdade que tanto a sociedade como a escola vêm tentando, de forma recorrente, exercer algum tipo de controle sobre o uso da internet.

No campo educacional, escolas e universidades não podem ficar para trás, tanto no que concerne ao uso cada vez mais intenso quanto na implementação de mecanismos de controle do acesso. Uma cria páginas com sua filosofia, atividades administrativas e contatos, outras criam páginas mais atraentes com projetos inovadores e maior interatividade, na mesma intensidade em que criam também mecanismos de controle de acesso, tanto para proteger seus equipamentos como para estabelecer formas diferenciadas de acesso ou de controle para diferentes segmentos escolares.

Nesse contexto, Moran (1997, p.2) aponta que, pelo surgimento da internet, a educação presencial pode modificar-se significativamente com as redes eletrônicas. Afirmar ele que as paredes das escolas e das universidades se abrem, as pessoas se intercomunicam, trocam informações, dados, pesquisas. Apesar de, pelo menos em tese, esta afirmação poder ser considerada aceitável, não podemos nos furtar da consideração

de que a realidade não é assim tão imune de contradições. Apesar do aumento das formas e ações comunicativas proporcionadas pelo advento da internet, também é verdade que a sociedade em geral e as instituições escolares em particular também se atualizaram em seus mecanismos de controle, proteção e garantia de privacidade. Seria ingênuo pensar que com a internet as barreiras antes existentes para a troca de informações simplesmente caíram, até porque o processo de troca de informações é um ato político, permeado por interesses distintos e conflitantes, que podem em alguns momentos condicionar ou saturar as ações comunicativas, dependendo da correlação de forças políticas. Talvez fosse mais razoável afirmar que a internet impõe sim uma nova realidade para a ação comunicativa.

Apesar desta visão positivista de Moran (1997, p.2) acerca do advento da internet, algumas de suas considerações não podem ser desprezadas, como por exemplo, quando prevê que a educação continuada é otimizada pela possibilidade de integração de várias mídias, acessando-as tanto em tempo real como assincronicamente, isto é, no horário favorável a cada indivíduo, e também pela facilidade de pôr em contato os educadores e educandos. De fato, a internet muda a relação com o tempo e o espaço e isto interfere consideravelmente na concepção do trabalho pedagógico, criando inúmeras novas possibilidades, como o exemplo da educação continuada.

Para que a internet possa ser utilizada como ferramenta no ensino-aprendizagem é necessário preparo para receber essa tecnologia. É necessário o envolvimento de todos e, essencialmente, mudança de atitude diante da vida. Caso contrário, professores e alunos se relacionarão com a Internet de forma tal que não lhes propiciará condições de explorar todo o potencial que esta tecnologia possui para permitir a ampliação da capacidade intelectual.

Se forem acomodados, só falam dos problemas da lentidão, das dificuldades de conexão, do lixo inútil, de que nada muda; se forem curiosos, descobrem inúmeras novidades nela como em outras mídias. A internet chegou às nossas casas e nas escolas, não temos como voltar atrás com relação ao seu uso e, com certeza, não será tentando bloquear ou limitar o acesso dos alunos à internet dentro dos espaços escolares que perderemos o medo de utilizá-la ou mesmo que aprenderemos a usá-la. Talvez o que facilite a introdução de novas tecnologias na educação seja fazer com que as pessoas envolvidas com a educação realizem uma nova leitura do seu papel na escola.

O fato é que a internet está cada vez mais presente nas salas de aula e está principalmente cada vez mais presente na vida cotidiana de todos, tanto docentes como alunos. A grande maioria dos autores coloca a internet como uma ferramenta que veio revolucionar o mundo da educação e talvez resolver os problemas do mundo, mas na prática percebemos que as coisas não funcionam exatamente como a teoria nos coloca. O que se percebe é que a utilização da internet está sendo imposta e, em contrapartida, os docentes não estão preparados para utilizá-la como ferramenta pedagógica. Muitas

vezes, as ações governamentais para ampliar o uso da internet como ferramenta educativa estão vinculadas à medidas de racionalização de gastos com educação, com a finalidade de minimizar os gastos públicos com educação, minimizando o papel do Estado como financiador deste serviço para a população (SOUZA, 2004).

A experiência vivida nas instituições da Rede Federal de Educação Profissional Científica e Tecnológica (RFEP) mostra que a grande maioria dos professores não sabe como incorporar a utilização dessa tecnologia nos planejamentos de ensino, pois além de não saberem direito os recursos que esta ferramenta oferece não sabem como os utilizar. Isto se soma ao fato de se sentirem inseguros por verificarem que os alunos possuem um grande conhecimento desta ferramenta que, às vezes, supera seu próprio conhecimento na área. Outro fato relevante que vale ser ressaltado é que se percebe a dificuldade dos docentes em utilizar a internet como ferramenta, pois via de regra os laboratórios são utilizados apenas pelos professores de informática e quando os mesmos não estão utilizando, os laboratórios ficam ociosos e, muitas vezes, não há gestão adequada da utilização equânime destes recursos nestas instituições.

Nesse contexto, o que se percebe é que a tecnologia chegou e que inegavelmente é uma excelente ferramenta para ser utilizada no processo de ensino-aprendizagem, mas percebemos que isso só vai se efetivar se existirem políticas de qualificação para a utilização da internet como instrumento pedagógico, combinadas com ações gestoras capazes de tornar equânime o acesso a elas dentro das escolas. Caso isso não ocorra, ela se tornará uma extraordinária ferramenta com acesso restrito a pequenos grupos que melhor sabem utilizá-la.

Com a ampliação da RFEP e com o avanço das tecnologias e informação e comunicação (TIC), percebe-se um grande movimento relacionado ao desenvolvimento de programas computacionais para a gestão acadêmica. Movimento esse que vem com o intuito de aumentar o ganho de qualidade nos serviços administrativos da instituição e no atendimento às demandas dos servidores. Não obstante, a utilização da internet na área administrativa está sendo utilizada para alimentar programas que fazem conexão direta com o Ministério da Educação para que o mesmo tenha acesso aos dados gerados pela instituição. A internet hoje é tão primordial para o bom andamento do trabalho administrativo da instituição que, praticamente todos, os processos de aquisição e pagamentos, por exemplo, são feitos em tempo real pela internet. Isto nos leva a questionar se o aparato tecnológico instalado nas instituições de ensino que compõem a RFEP, Científica e Tecnológica para garantia de acesso à internet tem motivação pedagógica ou administrativa.

Independente disto, a internet é oferecida a todos nessas instituições, mas o que não é garantido é equidade no acesso, pois basta uma observação superficial no cotidiano destas instituições de ensino para perceber que a utilização da internet, tanto na área acadêmica como na área administrativa, apresenta desigualdade nas condições

de acessibilidade. Esta desigualdade se dá em diversos aspectos, a começar pela natureza de seu uso – uso para fins administrativos, uso para fins pedagógicos ou uso para fins sociais.

Na maioria das instituições de ensino, o uso da internet para fins administrativos é fundamental. Na utilização da internet desta natureza, o acesso é oferecido em praticamente todos os ambientes administrativos, onde os servidores técnicos administrativos e docentes possuem acesso irrestrito aos sítios na maioria das vezes. Uma ou outra instituição criam alguns mecanismos de controle para evitar o uso para fins sociais nestes ambientes, mas não é muito comum. Já o uso de natureza pedagógica apresenta situações distintas, vejamos alguma delas. A primeira situação é que, na maioria das instituições de ensino, os professores possuem um ambiente com alguns computadores com acesso irrestrito a sítios. Caso os mesmos utilizem seus computadores portáteis, também possuem acesso liberado por meio de tecnologia de rede sem fio. Outra situação bem diferente é a dos alunos, que possuem seus acessos monitorados, tanto nos computadores da instituição como em seus computadores portáteis pessoais. Em algumas instituições, este segmento só pode acessar a internet em momentos e espaços determinados, com rigoroso controle de acesso a sítios diversos, e somente para fins pedagógicos.

A desigualdade nas condições de acesso continua quando se trata da cobertura da internet na instituição. Praticamente todos os ambientes dos setores administrativos possuem internet, mas isto não ocorre com o ambiente educacional, pois o acesso é relativamente limitado aos ambientes de informática, na maioria das instituições. As salas de aula, por exemplo, ainda não possuem acesso a internet, apesar de, muitas vezes, já contarem com computadores instalados. Na maioria das vezes esses computadores instalados nas salas de aula ficam restritos ao uso combinado com equipamentos de multimídia, para viabilizar a projeção de textos e imagens para a turma – o famoso uso do *DataShow*.

Praticamente todas as instituições de ensino da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica que têm vocação agrícola, como herança do Sistema Escola Fazenda, possuem alojamentos para alunos matriculados em sistema de internato ou semi-internato. Entretanto, os alojamentos também não costumam ter ambiente específico para acesso à internet. Poucas são as instituições cuja direção tem a preocupação de garantir acesso à internet nestes ambientes para uso de natureza social.

Existem casos em que até os servidores terceirizados que moram nos arredores da instituição de ensino têm acesso à internet por meio de tecnologia de rede sem fio e o acesso livre aos sítios, só precisam adquirir a antena.

Outra observação interessante é que, apesar do *link* ser fornecido pela RNP e possuir características para pesquisa, esse segue um fluxo inverso na maioria das

instituições, onde se prioriza o acesso aos servidores administrativos, aos docentes, aos prestadores de serviço terceirizados e, por último, aos alunos.

Além do acesso à internet nas instituições da RFEP ser desigual, dependendo da natureza de sua utilização, seja ela administrativa, pedagógica ou social, percebemos que o vínculo de pertencimento à instituição – ser aluno, docente ou técnico administrativo – também é um elemento determinante de desigualdades. Talvez fosse o caso de investigar se, no interior de cada segmento da comunidade escolar existem ou não desigualdades de acesso, por exemplo: será que entre os docentes existem diferenças de perfis de acesso a internet no interior da instituição de ensino? Será que essa desigualdade de condições de acesso se dá também entre os diversos técnicos administrativos?

Esta questão da desigualdade no acesso à internet no interior das instituições de ensino da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica nos instiga a levantar outras questões talvez tão interessantes quanto àquelas já elencadas: será que a desigualdade nas condições de acesso à internet verificada de acordo com a natureza do uso interfere ou deturpa a identidade da instituição de ensino? Esta questão surge da seguinte reflexão: se uma instituição possui todo um aparato tecnológico para acesso à internet e gere esses recursos dando prioridade ao uso administrativo, secundarizando o uso pedagógico e o uso social, isto poderia ser considerado uma distorção de seu papel social como uma instituição de ensino?

O CONTROLE DE ACESSO À INTERNET COMO FORMA DE EXERCÍCIO DO PODER

O poder é exercido sob as mais variadas formas e quando se trata de tecnologia, a internet é uma ótima ferramenta para o exercício do poder. Nas instituições de ensino, a internet também vem sendo utilizada para o controle dos alunos e até mesmo dos servidores. Na escola, esse poder é exercido das mais variadas formas. Desde o controle de acesso aos sítios, até o controle de horário de acesso. Segundo Foucault (2009, p 103), o poder deve ser analisado como algo que circula, que funciona em cadeia. Nunca está localizado aqui ou ali, nunca está nas mãos de alguns, nunca é apropriado como riqueza ou bem. O poder funciona e se exerce em rede. Os indivíduos, em suas malhas, exercem o poder e sofrem sua ação. Cada um de nós é, no fundo, titular de certo poder e, por isso, veicula o poder.

A experiência mostra que a tecnologia em geral é utilizada como forma de exercício de poder, e entre estas tecnologias está a internet. Esse poder é cada vez mais exercido conforme as tecnologias são inseridas nos ambientes, pois as mesmas são inseridas como um cofre com senha, onde apenas quem possui a chave pode dela se utilizar. A propósito, apenas quem possui domínio da tecnologia consegue utilizá-la.

A partir deste contexto, devemos atentar para Foucault (2009, p 118) quando observa que os poderes não estão localizados em nenhum ponto específico da estrutura social. Eles funcionam como uma rede de dispositivos ou mecanismos (tecnologia do corpo, olhar, disciplina) que nada ou ninguém escapa. O poder não é algo que se detém como uma coisa, como uma propriedade, que se possui ou não. Não existem de um lado os que têm o poder e de outro aqueles que se encontram dele apartados. Rigorosamente falando, o poder não existe; existem sim práticas ou relações de poder. O poder é algo que se exerce, que se efetua, que funciona.

Neste aspecto, percebemos que o gerenciamento do acesso à internet é um problema existente em muitas instituições da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, qual seja: o controle exercido pela instituição para limitar o acesso à internet a alunos do ensino técnico de nível médio. Este controle tem sido justificado principalmente por quatro argumentos, a saber: a) é necessário limitar o acesso à internet por parte dos alunos para evitar contaminação da rede das instituições por vírus que circulam pelos principais sítios de relacionamento; b) é necessário evitar que os alunos acessem sítios impróprios, de conteúdo pornográfico; c) é necessário evitar ocupação indevida e desnecessária de máquinas e equipamentos por parte dos alunos; d) é necessário evitar que os alunos se dispersem de suas atividades acadêmicas gastando tempo navegando na internet.

Por outro lado, a literatura aponta a internet como uma ferramenta poderosa no processo de ensino aprendizagem e defende seu uso como instrumento pedagógico, não só como apoio, mas em algumas situações como recurso principal.

Entretanto, a necessidade de acesso à internet por parte dos alunos de ensino técnico de nível médio não se restringe ao processo de ensino aprendizagem, mas vai além. Muitas vezes, não só por sua condição de adolescentes, mas por estarem boa parte de seu tempo no ambiente escolar, muitos deles em regime de internato, a internet é uma forma de convivência social com amigos e parentes. Outras vezes a internet é simplesmente uma forma de lazer.

O acesso à internet no cotidiano escolar do ensino médio da Rede é algo que extrapola o seu uso estritamente didático. Que há outras questões em jogo é evidente. Da mesma forma, as motivações do controle dos gestores sobre o acesso à internet por parte dos alunos do ensino médio também vai além dos argumentos utilizados para justificá-lo. Existem indícios de que este controle faz parte da dinâmica de poder existente no cotidiano destas instituições. Verificar isto seria um trabalho instigante. Além disto, verificar os aspectos políticos e ideológicos desta ação administrativa poderia contribuir significativamente para o avanço qualitativo do trabalho educacional das instituições que compõem a rede.

Estamos falando de desigualdade. Essa desigualdade se expressa tanto na qualidade e potencialidade dos equipamentos, como no controle do tempo de acesso e do conteúdo a ser consultado e está relacionada ao segmento escolar a que pertencem os sujeitos ou mesmo à sua posição na hierarquia institucional, conforme a correlação de forças políticas estabelecidas no cotidiano destas instituições de ensino. Compreender a forma como esta correlação de forças políticas de interesses distintos e conflitantes se expressa na gestão e controle do acesso à internet, no interior das instituições de ensino da RFEP e suas implicações no trabalho educativo.

O PODER SIMBÓLICO DO CONTROLE DE ACESSO À INTERNET COMO OBJETO DE ESTUDO

Nosso objetivo é compreender as implicações políticas e ideológicas do controle de acesso à internet em instituições da RFEP e suas implicações na formação do técnico de nível médio. Para que esse objetivo seja alcançado estamos realizando um levantamento do potencial técnico (material e humano) das instituições selecionadas para a garantia de acesso à internet por parte dos sujeitos da comunidade escolar. Ao mesmo tempo, estamos fazendo a caracterização da estrutura organizacional e a descrição do funcionamento do serviço de acesso à internet. Esperamos com isto detalhar a materialização da política de gestão do acesso à internet nas instituições da Rede.

Acreditamos que a explicitação das diferenças de perfis de acesso à internet adotados pelas instituições da RFEP, bem como de suas justificativas, mais a identificação da representação que os sujeitos da comunidade escolar têm do controle de acesso à internet poderão nos possibilitar a compreensão do poder simbólico instituído por meio da disponibilidade desigual de equipamentos e de oportunidades de acesso à internet no cotidiano das instituições pesquisadas.

Segundo Bourdieu (2009, p 15) o poder simbólico ou poder subordinado, não passa de uma forma transformada, ou seja, irreconhecível, transfigurada e principalmente legitimada das outras formas de poder. Só se pode passar para além da alternativa dos modelos energéticos que descrevem as relações sociais como relações de força e dos modelos cibernéticos que fazem delas relações de comunicação. A violência que elas encerram objetivamente e transformando-as assim em poder simbólico, capaz de produzir efeitos reais sem dispêndio aparente de energia, podendo ocasionar danos irreversíveis aos indivíduos aos quais tem o poder exercido, acredito ainda que esse poder simbólico possa acarretar danos também a quem exerce esse poder.

Com a crescente introdução das TIC nas instituições de ensino percebemos cada vez mais o exercício do poder simbólico por parte de quem gere a infra-estrutura relacionada às novas tecnologias, pois, em um primeiro momento a experiência nos mostra que a falta de transparência por parte dos gestores de TI e a falta de conhecimento da sociedade sobre as novas tecnologias favorece o exercício de poder,

fato este que nos motiva a pesquisar os aspectos políticos e ideológicos que levam aos gestores de tecnologia a adquirem tal postura.

Para efeitos analíticos, tomamos como referência empírica o cotidiano escolar de instituições de ensino que compõem a RFEP. Mais especificamente, tomamos como objeto de análise apenas um aspecto do cotidiano escolar destas instituições: a gestão dos recursos e equipamentos de informática e a política de controle de acesso à internet. Trata-se de uma abordagem qualitativa de caráter explicativo que, segundo nossa expectativa, nos permitirá um diálogo constante em torno do objeto-pesquisado, oportunizando construções teóricas em confronto com a prática vivenciada pelos sujeitos da investigação, transformando o distante em perto, o estranho em familiar, através de um discurso racional, numa linguagem cotidiana, mas que seja compreensível e que se torne relevante e enriqueça e contribua para aprofundar a compreensão de cada um na construção da sociedade (Cf.: ANDERLE, 2004, p, 18).

O universo da pesquisa foi definido como o conjunto de instituições de ensino que compõem a Rede Federal de Educação Profissional, Ciências e Tecnologia, são elas: os Institutos Federais de Educação, Ciências e Tecnologia^[1] (IFET); a Universidade Tecnológica Federal do Paraná (UTFPR); o Centro Federal de Educação Tecnológica Celso Suckow da Fonseca (CEFET/RJ); o Centro Federal de Educação Tecnológica de Minas Gerais (CEFET/MG); as Escolas Técnicas Vinculadas às Universidades Federais; as Escolas Técnicas Federais; e as Escolas Agrotécnicas Federais.

Dado o grande número de instituições, haja vista que cada um dos 27 IFET, por exemplo, possui em média quatro ou mais *campi*, fomos obrigados a estabelecer uma amostra deste universo que nos permitisse estabelecer generalizações. Neste intento, um elemento nos pareceu favorável: a gestão centralizada destas instituições por parte da Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica (SETEC), do Ministério da Educação. Este elemento confere às instituições, de modo geral, certa similaridade organizativa, de infra-estrutura física, de gestão de pessoas e de gestão do trabalho pedagógico. cremos que esta característica da RFEP nos permitiu estabelecer uma amostra por escolha racional com relativa margem de segurança no que concerne à possibilidade de generalizações, qual seja: o conjunto de seis *campi* típicos desta RFEP: o Campus Sertão, do Instituto Federal do Rio Grande do Sul; o Campus de Urutaí, do Instituto Federal Goiano; o Campus de Vitória do Santo Antão, do Instituto Federal de Pernambuco; o Colégio Técnico da UFRRJ; o campus Manaus-Centro, do Instituto Federal Amazonas; e o Campus Castanhal, do Instituto Federal do Pará.

Esta escolha se deu em consideração a dois aspectos: a) pela localização geográfica, permitindo-nos ter uma instituição de cada região do país, exceto a região norte que estaria representada por duas instituições, dada sua amplitude e diversidade cultural; b) o fato de estas instituições constituírem pólos para realização de atividades

do Programa de Pós-Graduação em Educação Agrícola, o que nos facilitará consideravelmente na realização da coleta de dados.^[2]

Nosso esforço será a coleta de dados que nos permitam fazer um levantamento da capacidade tecnológica instalada para o acesso à internet; do nível de capacitação do pessoal técnico e docente para uso pedagógico da internet; da estrutura organizativa da instituição, em especial o que concerne à gestão dos recursos materiais e humanos de informática; e da política de acessibilidade implantada em cada uma das instituições selecionadas.

A partir destes dados, procuramos traçar um perfil da gestão do acesso à internet pelos sujeitos da comunidade escolar de cada uma das instituições, buscando explicitar possíveis desigualdades de condições de acesso. Tomando como referência estes perfis de gestão e o nível de desigualdade de condição de acesso por eles determinados, empreendemos uma análise acerca da pertinência ou não da compreensão de que as condições de acesso à internet no cotidiano das instituições da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica são desiguais e esta desigualdade é determinada não apenas por questões técnicas, mas principalmente pela correlação de forças políticas contraditórias e discordantes constituídas em seu cotidiano, cuja expressão denota o nível de democratização conquistado por sua comunidade escolar.

BIBLIOGRAFIA

1. BOURDIEU, Pierre. **O poder simbólico**. Bertrand Brasil, 12ª impressão – Rio de Janeiro, 2009. 322 p.
2. CHAVES, Eduardo. **Tecnologia e Educação: O Futuro da escola na sociedade da informação**. Disponível em: [http://www.escola2000.net/eduardo/textos/_proinfo/livro20-%20Chaves.pdf]. Acesso em: 08 dez. 2009.
3. CYSNEIROS, Paulo Gileno. **Fenomenologia das novas tecnologias na educação** In: Revista da FACED. Faculdade de Educação da Universidade Federal da Bahia. nº 07, 2003.
4. FOCAULT, Michel. **Microfísica do Poder**. Graal, 2009. 295 p.
5. LÜDKE, Menga e ANDRÉ, Marli E. D. A. **Pesquisa em educação: abordagens qualitativas**. 10ª Impressão. SÃO PAULO: EPU, 2007
6. MORAN, José Manuel. **Como usar a internet na educação**. Relatos de Experiências, 1997.
7. SOUZA, José dos Santos. A nova cultura do trabalho e seus mecanismos de obtenção do consentimento operário: os fundamentos da nova pedagogia do capital. In: BATISTA, Roberto I. & ARAÚJO, Renan (orgs.). **Desafios do Trabalho: capital e luta de classes no século XXI**. Londrina (PR): Práxis, 2003. p. 173-202.
8. SOUZA, José dos Santos. Trabalho, qualificação, ciência e tecnologia no mundo contemporâneo: fundamentos teóricos para uma análise da política de educação profissional. **Revista da FAEEBA – Educação e Contemporaneidade**, Salvador, v. 13, n. 22, p. 1-15, jul./dez., 2004.
9. VALENTE José Armando. **O computador na sociedade do conhecimento**. Campinas, 2001. 156 p.
10. VALENTE, José Armando. **Por quê o computador na educação?**. Disponível em: < http://200.20.54.60/proinfo/Material%20de %20Apoio/Coletania/unidade4/porque_computador_educacao.pdf >. Acesso em: 08 dez. 2009.
11. ANDERLE, Suely Maria. **Refletindo e resignificando a participação da família na escola**. Ponta Grossa, 2004. 104 p.

^[11] Os IFET foram criados por ato presidente Luiz Inácio Lula da Silva, em 16 de julho de 2008, quando assinou o Projeto de Lei 3775/2008, que cria 38 IFET no país. A matéria seguiu para aprovação no Congresso Nacional e foi sancionada pelo presidente em 29 de dezembro de 2008. Os 27 IFET nasceram com 168 campi e chegarão a 2010 com 311. No mesmo período, as vagas serão ampliadas de 215 mil para 500 mil. Tratam-se de instituições de educação superior, básica e profissional, pluricurriculares e multicampi, especializadas na oferta de educação profissional e tecnológica nas diferentes modalidades de ensino, com base na conjugação de conhecimentos técnicos e tecnológicos às suas práticas pedagógicas. Estes Institutos Federais, junto com outras instituições de ensino técnico e tecnológico, compõem a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica. A pretensão do Governo Federal ao criar estes institutos é de que eles tenham forte inserção na área de pesquisa e extensão, visando estimular o desenvolvimento de soluções técnicas e tecnológicas e estendendo seus benefícios à comunidade. Metade das vagas dos IFET é destinada à oferta de cursos técnicos de nível médio, em especial cursos de currículo integrado. Na educação superior, o destaque fica para os cursos de engenharias e bacharelados tecnológicos (30%) e de licenciaturas em ciências física, química, matemática e biologia (20%). Embora não esteja claro, acreditamos que nessa última fração de 20% estejam as licenciaturas de conteúdos específicos da educação profissional e tecnológica, como a formação de professores de mecânica, eletricidade e informática, que os IFET serão incentivados a criar. Os institutos federais possuem autonomia parecida com a das universidades federais, podendo criar e extinguir cursos, bem como registrar diplomas dos cursos por eles oferecidos. Ainda exercem o papel de instituições acreditadoras e certificadoras de competências profissionais. Cada instituto federal é organizado em estrutura com vários campi, com proposta orçamentária anual identificada para cada campus e reitoria, equiparando-se às universidades federais.

^[12] Observamos que esta pesquisa está sendo desenvolvida no âmbito do Grupo de Pesquisas Sobre Trabalho, Política e Sociedade (GTPS), vinculada ao Programa de Pós-Graduação em Educação Agrícola. Este Programa de Pós-Graduação possui Pólos de Formação distribuídos por todo o território nacional, o que nos facilita o trânsito e as relações institucionais, o que é bastante oportuno. Daí decorre nossa escolha da amostra.